

O pior 1º semestre do setor de fundos

Captação de fundos no ano é a pior desde 2002

Liane Thedim
Do Rio

A indústria de fundos de investimento no Brasil teve captação líquida negativa de R\$ 205 bilhões no primeiro semestre deste ano, o pior resultado para o período da série histórica da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), iniciada em 2002. Segundo Pedro Rudge, vice-presidente da entidade, o movimento de aversão a risco no período levou o investidor a procurar produtos bancários isentos de Imposto de Renda, como as letras de crédito imobiliário (LCI) e do agronegócio (LCA), além dos tradicionais Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e de títulos públicos federais.

O maior crescimento no volume financeiro no período foi das LCAs, com 23,2%, seguidas das LICs (22,9%) e de títulos federais (15,3%). Já as "novatas" Letras Imobiliárias Garantidas, as LIGs, que começaram a atrair os holofotes sobretudo no ano passado, com a alta dos juros no país, cresceram 13,6% no ano. Usadas pelos bancos para fomentar as linhas de financiamento imobiliário, as LIGs são títulos de renda fixa que não pagam IR, no caso de pessoas físicas.

Os Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), por sua vez, avançaram 13% e os CDBs, 10,3%.

Os gestores esperavam alguma recuperação na captação em junho, diante da melhora do cenário econômico, mas não só ela não veio como os números pioraram. Os fundos de renda fixa tiveram captação líquida negativa de R\$ 41 bilhões, sendo que em maio a perda havia sido de R\$ 22,3 bilhões. Já os de ações, mesmo com a retomada da bolsa, amargaram saldo negativo de R\$ 6,1 bilhões, enquanto em maio o número havia ficado negativo em R\$ 4,3 bilhões. E os multimercados tiveram captação negativa de R\$ 9,5 bilhões, frente aos R\$ 447 milhões positivos que haviam registrado em maio.

Rudge, porém, destaca que, mesmo com resgates no ano, a indústria acumula captação líquida positiva de R\$ 477,7 bilhões nos últimos cinco anos. O patrimônio líquido total dos fundos cresceu de R\$ 7,2 trilhões no primeiro semestre de 2022 para R\$ 7,7 trilhões no mesmo período de 2023, alta de 7,8%. E o número de contas subiu de 31,6 milhões para 35,5 milhões.

"Isso mostra que o investidor está mais realocando ativos do que propriamente saindo dos

Os números negativos da indústria

Captação no ano por classe - em R\$ bilhões

Fundo	Jan-Jun/2022	Jan-Jun/2023
Renda fixa	101,9	-109,9
Ações	-41,2	-38,5
Multimercados	-58,6	-53,7
Combustível	1,5	-0,9
Previdência	1,6	-3,0
ETF	-1,3	0,4
FIDC	33,4	-7,6
FIP	8,3	8,2
Total	45,6	-205*

* É o pior primeiro semestre da série histórica da Anbima, iniciada em 2002

Procura maior por títulos de renda fixa

Em R\$ bilhões

Investimento	Diferença do estoque em dez/22 e mai/23	Varição (em %)
Poupança	-40	-4,2
CDB	73,6	10,3
LCA	71,4	23,2
LCI	49,5	22,9
Títulos públicos	20,5	15,3
LIG	11,8	13,6
Debitantes incentivadas	3	3,9
CRA	9,4	13
CRF	4	9,8
Debitantes tradicionais	1,7	11
Total	204,9	11,9

Fonte: Anbima

fundos. E esse movimento pede-mos relacionar ao trabalho das plataformas financeiras e dos influenciadores digitais, que têm

ajudado no caminho da diversificação ao dar ao investidor acesso aos produtos e à educação financeira para consumir os

mais diferentes produtos e criar seu portfólio de acordo com seu perfil de risco", disse Rudge.

Para ele, a melhora da indústria está condicionada ao início do ciclo de cortes da taxa Selic. "O comportamento e o apetite dos investidores vão estar ligados à expectativa de queda de juros. A votação do arcabouço fiscal e da reforma tributária no Congresso e a trajetória de arrefecimento da inflação vão cada vez mais solidificar a visão de que o BC vai ter oportunidade de reduzir a taxa, o que vai elevar a confiança e levar a uma assunção de risco maior", diz.

De acordo com Rudge, dentro dos preparativos para a entrada em vigor em outubro da Resolução 175 — que, segundo ele, será uma "revolução na estrutura da indústria" —, a Anbima está criando, a pedido da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), um banco de dados de ativos investidos no exterior pelos fundos, o que, afirma, servirá para aumentar a transparência das carteiras e permitir que o órgão regulador "de passos adicionais" na flexibilização de regras que autorizará os fundos, inclusive do varejo, a alocarem até 100% do patrimônio em outros países.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Finanças Caderno: C Pagina: 1